



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 611273 - RJ (2020/0230897-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : BRUNO RIBEIRO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : JONAS DE OLIVEIRA - SC033395
DIEGO ROSSI MORETTI - SC054505
BRUNO RIBEIRO DA SILVA - SC059045
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : EDUARDO FAUZI RICHARD CERQUISE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

EDUARDO FAUZI RICHARD CERQUISE, investigado por **homicídio tentado e pelo crime de explosão**, alega ser vítima de constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, em decorrência de decisão proferida pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, que denegou a ordem impetrada naquela Corte, na qual pretendia a revogação da prisão temporária decretada pelo Magistrado de primeiro grau.

Neste *writ*, postula a defesa, liminarmente, “**sustar o mandando de prisão temporária, por manifesta ausência de contemporaneidade nos seus fundamentos**, bem como requerer a expedição de carta de ordem determinado a suspensão do procedimento de extradição ativa que está sendo iniciado pelo poder judiciário do Rio de Janeiro, com base exclusiva no mandado de prisão temporária objeto deste writ” (fl. 5, destaquei).

Afirma o impetrante que “o paciente veio a ser detido no exterior (Rússia) em 04/09/2020, onde encontra-se atualmente sob a supervisão dos agentes internacionais, aguardando deliberação do poder judiciário brasileiro e das

autoridades diplomáticas para a execução do procedimento de extradição (Da Rússia para o Brasil – Extradição Ativa)” (fl. 5).

Sustenta que a constrição temporária foi decretada sem embasamento jurídico, com o único objetivo de “arrancar de forma energética informações sobre os demais partícipes” (fl. 7). Assinala o investigado “concedeu entrevista em rede nacional (ao programa ‘Domingo Espetacular’ – Rede Record-TV) onde confessou publicamente a participação simbólica no evento. Portanto, não há o que ser influenciado nas investigações, está tudo devidamente documentado e a disposição a justiça carioca” (fl. 7).

Assim, “o fato de a investigação estar quase concluída sem que haja notícia de que o Investigado tenha, de alguma forma, interferido na produção das provas pré-processuais consideradas relevantes, é, no caso, razão suficiente para que o decreto de sua prisão temporária seja imediatamente revogado” (fl. 7), notadamente porque carece do requisito previsto no art. 1º, I, da Lei n. 7.960/1989. Aduz que os laudos periciais atestam a inexistência de crime contra a vida, situação que também afastaria o requisito previsto no art. 1º, III, da Lei n. 7.960/1989.

Alega a defesa, ainda, que o paciente não empreendeu fuga, mas estaria apenas em viagem de férias e que todo o procedimento de extradição se baseia na existência de mandado de prisão que poderá ser revogado por esta Corte. Por isso, destaca que o referido procedimento poderá causar custos desnecessários ao erário, além de não ser admitida quanto o ato tiver natureza política, como ocorreu na espécie.

Decido.

Não vejo plausibilidade jurídica nas alegações feitas em relação ao decreto de prisão temporária. Deveras, compulsando os autos, observa-se que o procedimento investigativo foi instaurado para apurar a suposta participação do paciente na prática de **homicídio tentado e do crime de explosão, consistente no arremesso de artefatos explosivos (ou incendiários) para o interior da sede da produtora responsável pelo programa ‘Porta dos Fundos’, atingindo um**

vigilante que estava de serviço no local, ocasionando fortes chamas que quase queimaram e explodiram toda a sua recepção” (fl. 117-118, grifei).

Trata-se, portanto, de fatos gravíssimos, cuja prisão temporária foi decretada porque **imprescindível para o aprofundamento das investigações** (fls. 119 e 126), as quais, conforme informações, **ainda não foram concluídas** (fl. 120). Tal diretiva encontra-se em consonância com a orientação esta Corte, segundo a qual, a referida medida coercitiva, em conformidade com a Lei n. 7.960/1989, pode ser decretada “tendo em vista a imprescindibilidade das investigações policiais” (HC n. 362.547/SP, Rel. Ministro Antônio Saldanha Palheiro, DJe 1º/8/2017). No particular, segundo o acórdão impugnado (fls. 46-48, destaquei):

[...] somente um dos cinco agentes foi identificado e o paciente modificou estado de coisa para prejudicar a investigação, portanto, muito há a investigar e o fato do paciente se permitir prestar declarações à Autoridade Policial – como informam os doutos impetrantes – ou o fato de ter domicílio certo (na verdade, são indicados distintos domicílios) ou já ter sido procedida busca e apreensão num dos endereços residenciais do paciente, onde efetivamente moraria o seu pai, que também já prestou declarações, não afasta a necessidade da custódia cautelar, pois há indicativos – e isso é a própria Autoridade Policial que o informa em sua representação (fls. 04, segundo parágrafo do anexo) – de que seja possível “ no transcorrer da persecução criminal a caracterização de organização criminosa prevista ne Lei 12.850/2013 ”. Ademais, o paciente (e isso consta do relatório da Autoridade Policial) teria sido responsável por retirar o material ou o objeto que cobria a placa do veículo automotor utilizado na suposta empreitada criminosa. Se assim agiu **demonstra interesse em dificultar as investigações para que se chegue à autoria completa de todos os participantes, sendo certo que a cobertura da placa era para não ser identificado o veículo, por óbvio, e se ainda não se tem como certos indícios de uma organização criminosa, não se afasta a possibilidade de um agir não meramente em concurso de pessoas, mas com autonomia de uma associação criminosa e, em liberdade, ao menos pelo tempo necessário à conclusão das investigações, o paciente poderá efetivamente prejudicar as investigações impedindo – até com o seu desfazimento – provas que permitam esclarecer os fatos e identificar-se todos os seus autores e/ou partícipes, notadamente a motivação dos atos criminosos;**

Assim, os argumentos externados pela defesa, relativamente à

desnecessidade da medida extrema para a conclusão das investigações, é contraditada pelo acórdão impugnado, o qual destaca **o comportamento do paciente que estaria, em certa medida, prejudicando o efetivo esclarecimento dos fatos.**

Sob distinta angulação, observo que as conclusões dos laudos periciais, os quais, segundo a defesa, teriam o condão de alterar os supostos delitos que deram azo ao pedido de prisão temporária, a excluí-los do rol previsto no art. 1º, III, da Lei n. 7.960/1989, **além de não encontrarem espaço para avaliação no âmbito de cognição sumária da liminar, são infirmados pelo aresto proferido pelo Tribunal de origem**, quando assinalou: o “conjunto probatório (testemunhal e pericial) que indica a plausibilidade concreta de que os agentes soubessem e/ou tenham visto a presença de alguém no local, assumindo, com isso, o risco da produção do resultado morte” (fls. 45-46).

Some-se a isso, o fato de que o investigado **é considerado foragido da justiça** (fl. 49) e somente foi preso pela Interpol, em Moscou, na Rússia, a despeito da impetração defender situação diversa. Segundo a defesa, o paciente “viajou para o exterior à título de férias, no final do mês de dezembro/2019, comprando as passagens de retorno para o final de janeiro/2020” (fl. 10). Entretanto, tal afirmação é **enfraquecida pelo fato de que o investigado ainda se encontrar em solo estrangeiro, até a presente data.** Nessa perspectiva, em princípio, **nenhuma ilegalidade se verifica no decreto de prisão temporária porquanto indicado os requisitos previstos na Lei n. 7.960/1989.**

Ressalto, por fim, que as considerações externadas acerca de eventual processo de extradição **não foram analisadas pelo acórdão impugnado**, de tal sorte que o seu exame, nesta oportunidade, ensejaria a vedada supressão de instância. Não é demais salientar, ainda, que a prisão temporária decretada na hipótese dos autos, de per si, **não guarda relação com eventual pedido de extradição, compreendida como ato de cooperação internacional.**

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau.

Depois, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 08 de setembro de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator